

Especial > HABITAÇÃO

Áreas invadidas aumentam e já atingem 9 bairros da Capital

Concessionárias de distribuição de água e energia elétrica amargam prejuízos com ocupações ilegais

LAIRTES CHAVES

Os processos de regularização de áreas ocupadas em Campo Grande estão paralisados e os prejuízos por ligações irregulares e gambiarras de água e luz, cada vez maiores. São pelo menos 9 áreas invadidas ou ocupadas, que colocam pessoas em situação de clandestinidade e péssimas condições de vida nos bairros Jardim Noroeste, Santa Mônica, Nova Campo Grande, Alves Pereira, Nova Capital, Moreninha 4, Jardim das Hortênsias, Perpétuo Socorro e Dom Antônio Barbosa (Cidade de Deus). A concessionária de energia não entra nesses locais, permitindo (obrigatoriamente) os gatos na rede pública; a Águas Guariroba está tentando conter os prejuízos com perda de água fazendo ligações com tarifa social nessas áreas, na tentativa de minimizar o desperdício e prejuízo causado pelos anos de esquecimento e inércia do executivo municipal.

Uma das áreas ocupadas, no Bairro Santa Mônica, abriga a comunidade indígena Terena Tumunê Kalivonô, nome que significa ‘futuro da criança’ e o nome não é à toa. O presidente do conselho da comunidade, Lacerda Jorge, 58 anos, explica que o local não foi invadido por bandidos mas ocupado para manter a comunidade unida. “Nós estávamos espalhados, todo mundo ganha um salário e não tem como pagar mais da metade do salário com aluguel. Nosso sonho é ficar aqui, e queremos pagar pra isso se for preciso. É a forma de garantir uma vida melhor pro nosso povo e pras nossas crianças, para o futuro delas como indígenas”, afirmou Lacerda.

A ocupação naquela região começou há 10 meses, e a situação das casas, tão simples, causa espanto pra quem visita o lugar. As casas são bem apertadas, revestidas de folhas de compensado, e estão grudadas umas às outras de tal forma que fica difícil imaginar onde termina uma e

9

INVASÕES
São 9 as grandes áreas invadidas de Campo Grande. Elas estão localizadas nos bairros Jardim Noroeste, Nova Campo Grande, Santa Mônica, Alves Pereira, Nova Capital, Moreninha 4, Jardim das Hortênsias, Perpétuo Socorro e Dom Antônio Barbosa (Cidade de Deus). O levantamento não leva em consideração as pequenas áreas invadidas

começa outra. Três ‘gatos’ de energia garantem luz para as residências, e uma única lâmpada no meio das 60 casas serve para iluminar a quadra. Uma mangueira levava água para a comunidade, quando há três meses a Águas Guariroba começou a instalar a rede de água. Hoje, os relógios já estão em cada uma das pequenas casas, e pelo menos à água potável os indígenas conseguiram ter acesso. Existe o projeto de fazer daquela ocupação a 5ª aldeia urbana da Capital, mas os moradores mal conseguem ter segurança sobre se conseguirão ficar ali ou não. Foram oito meses sem água potável até ter o serviço pelos canos das residências. Segundo informações do Departamento de Cadastro Imobiliário e de Cartografia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Urbano (Semadur), o terreno onde estão os índios é propriedade do município, destinada a equipamento comunitário.

NOVA CAPITAL

Se para a comunidade indígena a instalação precária chegou ao oitavo mês de ocupação, próximo ao Kartódromo Municipal, no Bairro Nova Capital, o problema perdura há 15 anos com ins-



BARRACOS. No Bairro Santa Mônica, área invadida já se transformou em mais uma favela na Capital



INVASÕES. Na região das Moreninhas, barracos também se espalham em áreas públicas e privadas



SANTA MÔNICA. Crianças, maioria de origem indígena, brincam em meio aos barracos de área invadida



Águas usa tarifa social para reduzir ligações clandestinas

O problema do abandono nas áreas invadidas revela que a miséria no acesso aos serviços públicos essenciais é também um problema ambiental, desde a forma de uso e ocupação do solo até a sobrecarga pelos ‘gatos’ na rede elétrica e, principalmente, pelo desperdício e perda de água pelos vazamentos das instalações clandestinas. O trabalho da Águas Guariroba no projeto Água Solidária, responsável pela regularização das casas que vivem de gambiarras inserindo as comunidades na tarifa social, ameniza os problemas que essas centenas de pessoas das 11 áreas ocupadas vivem diariamente, mas não é apenas papel de bom samaritano. As pessoas vão pagar uma



SANEAMENTO. Tarifa social garante água tratada nos barracos

média R\$ 15 a R\$ 30 mensais pelo consumo na tarifa social, pagamento que as comunidades querem fazer, até para

ter algum comprovante de residência. Só neste, ano 160 famílias que ocupam espaços no Residencial Aquarius do

Santa Emília, no Monte Alegre e Vila Bordon foram beneficiadas.

Até dezembro de 2014, 5.890 famílias estavam cadastradas em toda a cidade com o benefício da tarifa social e de janeiro até agora, mais 282 domicílios foram incluídos na tarifa diferenciada. A empresa afirma que realiza um trabalho de mobilização com os líderes comunitários e presidentes de bairro para aumentar as ligações do serviço para quem ainda não conhece ou tem sua água de maneira irregular. A Águas realiza um estudo para fazer instalações com relógios de águas, o chamado registro ‘precário’, conforme a prefeitura sinaliza se vai dar alguma resposta para a área ocupada irregularmen-

te. Áreas que têm previsão de resolução mais imediata, não são atendidas, áreas em que há previsão de um tempo de espera maior, recebem prioridade para conter, assim que possível, as perdas de água. Então se as famílias ficam felizes quando chega a água, já podem reduzir a expectativa de uma resposta para a ocupação irregular, ao menos em médio prazo.

O gestor de projetos sociais da Águas Guariroba, Willian Carvalho, atenta para os problemas de saúde e ambiental que a falta de água potável e as ligações clandestinas trazem às pessoas: “Temos um monitoramento constante, e sempre quando tem invasão a perda de água é muito grande e coloca a saúde das pessoas

talações precárias e omissão do poder público. As 70 casas da ocupação sobrevivem das gambiarras na rede de luz da região próxima. Para abastecimento da água, um único relógio abastece 52 famílias, que acabam por colocar canos e instalações improvisadas. Eles mesmos fizeram vaquinha para colocar os canos, trocar fios na rede elétrica pirata e até pagar para que veículos façam a limpeza da rua.

Um dos líderes comunitários da comunidade e morador há oito anos da ocupação, Alexandre Mota, 44 anos, afirma que já está cansado com o abandono em que vive na região e que todos esperam uma resolução do município. “Isso aqui era um lixão, nós que começamos a arrumar pra construir as nossas vidas. Pra gente interessa que eles deem condições, porque a gente não se nega a pagar boleto se precisar. A mesma coisa para a luz, se instalarem pra gente, vamos pagar. São pessoas honestas aqui”, explicou Alexandre.

O problema principal para os moradores é a luz, visto que a comunidade deve ser a próxima a receber a ação da Águas Guariroba, que já pediu para os moradores criarem alguma identificação nas casas facilitando a localização dos registros. A Energis afirma aos moradores que não pode fazer ligações considerando que eles não têm a documentação do espaço. Próximo às casas, muito lixo acumulado, vazamentos de água e relatos de casos de dengue. Quem mora ali afirma que as patrulas e serviços na prefeitura chegam apenas à rua de cima, e que qualquer reclamação é respondida com um “você está irregular, nós não podemos fazer nada”. Parte da área ocupada é da prefeitura e parte é de propriedade particular, mas apenas o proprietário se interessou em negociar com os moradores.